

GABARITO

- 1) PEÇA (14,0 PONTOS): A peça processual cabível é o Recurso Extraordinário (13,5 pontos), com fundamento legal no art. 102, III, “a”, da Constituição Federal (0,5 ponto pela menção ao fundamento legal).¹
- 2) ENDEREÇAMENTO (4,0 PONTOS): Deverá ser endereçada à Presidência do Tribunal de Justiça Estadual (4,0 pontos) (art. 1.030, *caput*, CPC).
- 3) QUALIFICAÇÃO (6,0 PONTOS): As partes deverão ser completamente qualificadas, de modo que o recurso é interposto pelo Município de Alfa, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº (...), com endereço (...) (3 pontos), em face da Recorrida XY Vias Eficientes Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº (...), com endereço (...) (3 pontos).
- 4) PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO (5,0 PONTOS): Deve haver petição de interposição, com identificação da decisão recorrida e qualificação das partes, requerendo o encaminhamento do feito ao órgão julgador recorrido para o exercício do juízo de retratação (artigo 1.030, II, CPC), reportando-se às razões do pedido de reforma ou, *subsidiariamente*, remessa do feito ao Supremo Tribunal Federal (5,0 pontos).
- 5) RAZÕES DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
 - 5.1) ENDEREÇAMENTO E EXPOSIÇÃO DOS FATOS: (8,0 PONTOS): Endereçamento ao Supremo Tribunal Federal/Turma/Ministros (3,0 pontos) e descrição adequada dos fatos (5,0 pontos).
 - 5.2) DA DEMONSTRAÇÃO DE CABIMENTO DO RECURSO (art. 1.029, II, CPC) (19,5 pontos):
 - (i). Deverá ser sustentada a ocorrência de repercussão geral na matéria discutida, sob as perspectivas econômica, política e/ou jurídica diante da natureza expansiva de tal relação jurídica a outros casos congêneres (5,0 pontos), considerando-se que o acórdão recorrido descumpra a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal (Temas de n.º 385 e 437), o que atrai presunção de repercussão geral (5,0 pontos), *cf.* artigos 1.035, §§ 1º, 2º e 3º, I, do CPC, e 102, § 3º, da CF (0,5 ponto pela menção a qualquer fundamento legal válido);

¹ O equívoco na eleição da peça processual cabível culmina na atribuição de nota 0,0 (zero), conforme Edital.

(ii). Deverá ser argumentada a desnecessidade de reapreciação probatória, diante da incontrovérsia sobre o contexto de fato e matéria exclusivamente de direito sob divergência, inviabilizando-se a submissão à Súmula n.º 279/STF **(3,0 pontos)**;

(iii). Deverá ser exposto o prequestionamento da matéria, tendo o *v.* acórdão recorrido efetiva e expressamente dirimido a controvérsia sob a perspectiva constitucional, inviabilizando-se a submissão à Súmula n.º 356/STF **(3,0 pontos)**;

(iv). Deverá ser evidenciada a impugnação específica do argumento meritório contido no *v.* acórdão recorrido, inviabilizando-se a submissão à Súmula n.º 283/STF **(3,0 pontos)**.

5.3) DAS RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA **(30,0 PONTOS)**:

(i). Deve-se argumentar que, não obstante a titularidade da propriedade do imóvel pela União, a partir do momento em que afetado à atividade econômica com o objetivo de lucro pelo agente privado concessionário se impõe a submissão de sua atuação ao regime privado de prestação de serviços, inclusive no que atine à regular tributação de seus bens e serviços **(15 pontos)**, *cf.* artigo 173, § 1º, II, da Constituição Federal, e jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal [RE 594.015 (Tema n.º 385) e RE 601.720 (Tema n.º 437)] **(1,0 ponto pela menção a qualquer fundamento legal ou jurisprudencial aplicável)**;

(ii). Deve-se argumentar, por conseguinte, que o IPTU tem como fato gerador não apenas a titularidade da propriedade, como também a posse e o domínio útil, atraindo a pessoa jurídica de direito privado como contribuinte e, então, inviabilizando-se a subsunção da hipótese à imunidade recíproca constitucional entre os entes federados **(13 pontos)**, *cf.* artigos 32 e 34 do CTN **(1,0 ponto pela menção a qualquer fundamento legal ou jurisprudencial aplicável)**.

5.4) DOS PEDIDOS/CONCLUSÃO **(10,0 PONTOS)**:

5.3.1. Preliminarmente, o reconhecimento da repercussão geral e do atendimento aos pressupostos de recebimento e conhecimento do Recurso Extraordinário **(3,0 pontos)**;

5.3.2. No mérito, o provimento do Recurso Extraordinário com a reforma da decisão recorrida, diante dos fundamentos jurídicos supra expostos **(4,0 pontos)**.

5.3.3. Regular data de referência ao Recurso, a qual deve ser de 4 de março de 2023, tratando-se de ação de natureza subjetiva e com o prazo em dobro aplicável à Fazenda Pública (**3,0 pontos**).

6) ORGANIZAÇÃO DA PEÇA (**3,5 PONTOS**): Organização da peça, com adequada ordem de identificação do endereçamento, qualificação, fatos, direito e pedidos, com sinalização do local, data, espaço para assinatura e número de inscrição na OAB (sem identificação do subscritor) (**3,5 pontos**).